



A utilização das fontes na construção da notícia: Os discursos de Carta Capital e O Estado de S. Paulo sobre o aquecimento global ¹

Karina Menezes CUNHA²
Luciana Miranda COSTA³
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

RESUMO

Este artigo traz alguns resultados da pesquisa “As Mudanças Climáticas na pauta da mídia impressa brasileira: informação e desinformação na construção de políticas públicas para a Amazônia”, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2010. O objetivo do trabalho é, por meio do levantamento e análise de matérias jornalísticas publicadas em 2009, ano da 15ª Conferência Climática das Nações Unidas, mostrar como a revista Carta Capital e o jornal O Estado de São Paulo construíram seus discursos sobre o aquecimento global, a partir das fontes de informação utilizadas.

PALAVRAS-CHAVE: aquecimento global; fontes de informação; análise do discurso; Carta Capital; O Estado de São Paulo.

Introdução

O projeto de pesquisa do qual este artigo faz parte foi desenvolvido a partir da constatação de que a mídia impressa brasileira não dedica informações suficientes às causas e consequências do aquecimento global (COSTA, 2008), o que resulta em cidadãos pouco informados a respeito do fenômeno e na falta de elaboração de políticas públicas relacionadas ao tema, especialmente aquelas voltadas à região amazônica (COSTA, 2010):

Estudos científicos mais recentes sobre a interface comunicação e meio ambiente, apontam para necessidade de aprofundamento sobre a temática, uma vez que a importância que os veículos de comunicação possuem para publicização das informações no mundo contemporâneo, assim como o próprio debate científico e social sobre

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 17 a 19 de maio de 2012.

²Graduanda do 7º semestre em Comunicação Social pela UFPA e Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E - mail: karinamenezes18@yahoo.com.br

³Orientadora do trabalho. Professora Doutora da Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UFPA e Pesquisadora do CNPq. E - mail: lmiranda@ufpa.br



o manejo ambiental, é um fato indiscutível (COSTA; CUNHA; SILVA, 2011, p.2)⁴.

Para a análise aqui desenvolvida, foram coletados e sistematizados dados referentes a matérias jornalísticas publicadas pela revista Carta Capital e pelo jornal O Estado de São Paulo em 2009, ano de realização da 15ª Conferência Climática das Nações Unidas, mais conhecida como COP-15. Como método de análise, foi utilizada a Análise do Discurso (AD). Surgida na década de 60, com bases no formalismo russo⁵, a AD busca as condições de produção do texto a partir de suas marcas textuais:

O método da Análise do Discurso toma o discurso como instância de produção de uma realidade e razão das lutas políticas pela hegemonia do poder de fazer ver e fazer crer (BOURDIEU apud COSTA & CUNHA, 2012, p. 2).

Segundo Milton Pinto (1999), três são os elementos fundamentais que devem ser levados em consideração ao se analisar o discurso de um texto: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural no qual se insere o evento comunicacional. Também foi utilizado, de forma operacional, o conceito de “formações discursivas”⁶, estabelecido pelo filósofo Michel Foucault. A revista Carta Capital e o jornal O Estado de São Paulo foram escolhidos como objetos de análise por se tratarem de alguns dos veículos impressos de maior importância em circulação no país atualmente.

⁴ Consultar artigos sobre o assunto no site da Intercom: <http://www.portcom.intercom.org.br/novosite/index.php>. Este artigo traz um recorte específico de um projeto de pesquisa mais amplo (CNPq 2010), coordenado pela Profa Luciana Miranda Costa, cujo objetivo principal é analisar como a temática das Mudanças Climáticas, com foco na região amazônica, tem sido abordada pelos principais veículos de comunicação impressos (Veja, Carta Capital, O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo) no país a partir de 1990 e, particularmente, nos anos mais recentes (2002-2009), quando o tema se tornou constante.

⁵ Pode-se afirmar com Maingueneau (1976) que foram os formalistas russos que abriram espaço para a entrada no campo dos estudos linguísticos daquilo que se chamaria mais tarde discurso. (...) Esta abertura em direção ao discurso não chega, entretanto, às últimas consequências, pois seus seguidores, os estruturalistas, propõem-se como objetivo estudar a estrutura do texto “nele mesmo e por ele mesmo” e restringem-se a uma abordagem imanente do texto, excluindo qualquer reflexão sobre sua exterioridade (BRANDÃO, 2004, p. 13).

⁶ As formações discursivas são constituídas de certas regularidades que reagrupariam os enunciados e os fariam pertencer a um determinado tipo de discurso, como o médico, por exemplo. Tais regularidades, segundo quatro hipóteses pelo autor formuladas, poderiam ser: o objeto de análise, a forma e o tipo de encadeamento dos enunciados, o sistema de conceitos permanentes e a identidade e persistência dos temas (FOUCAULT, 2010, p. 34-44).



O ano de 2009 foi selecionado como recorte temporal por ter sido período de realização da 15ª Conferência do Clima das Nações Unidas e de visíveis aumentos na ocorrência de fenômenos climáticos extremos, resultando em maior visibilidade da temática ambiental pelos meios de comunicação. Para coleta e seleção das matérias jornalísticas, optou-se pelo sistema de busca nos arquivos online do Estado de São Paulo e nas edições impressas de Carta Capital, já que a revista, à época da coleta, não disponibilizava na internet matérias publicadas anteriormente ao ano de 2010.

Os textos foram selecionados a partir da presença de uma ou mais destas quatro palavras-chaves: aquecimento global, mudanças climáticas, Protocolo de Kyoto e IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*, painel climático da Organização das Nações Unidas).

Carta Capital e O Estado de S. Paulo: as fontes de informação utilizadas

Para a construção desta análise, foram coletadas e sistematizadas 35 matérias jornalísticas de Carta Capital⁷, divididas em: 11 reportagens reproduzidas em encartes especiais da publicação inglesa *The Economist*⁸, doze artigos opinativos (sendo quatro escritos por colunistas fixos da revista brasileira), dez reportagens e duas entrevistas assinadas. Já do Estado de São Paulo, foram coletadas 945 matérias jornalísticas, das quais 771 foram sistematizadas e divididas nas seguintes categorias: 703 reportagens, 15 entrevistas, 44 artigos opinativos, cinco editoriais e quatro artigos de análise. As 174 matérias restantes do jornal estão passando pelo mesmo processo de sistematização no decorrer do projeto.

Constatou-se que, dentre as 35 matérias jornalísticas sistematizadas de Carta Capital, 17 foram de origem estrangeira, reproduzidas da revista *The Economist* (entre artigos de opinião, reportagens avulsas e reportagens dos encartes especiais). Percebe-se o mesmo padrão de reprodução no Estado de São Paulo. Metade das reportagens é

⁷Revista lançada pelo jornalista Mino Carta em 1994, com uma linha editorial destinada ao público interessado em uma abordagem mais profunda sobre temas como economia, cultura e política. Possui uma posição política claramente simpatizante ao governo federal petista, desde a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, como observado no editorial “Por que apoiamos Dilma” (<http://www.cartacapital.com.br/politica/por-que-apoiamos-dilma>), publicado no dia 30 de setembro de 2010. Mais informações sobre a revista em: <http://www.cartacapital.com.br>

⁸ Informações sobre a parceria das revistas Carta Capital e The Economist <http://www.aner.org.br/Conteudo/noticias/artigo125155-1.asp>



advinda de agências noticiosas estrangeiras, tais como *Reuters*, *Associated Press* e *Efe*, o que corresponde a 384 das 703 reportagens coletadas e sistematizadas.

Entre as pessoas mais entrevistadas por Carta Capital, encontram-se nomes do cenário político nacional tais como Márcio Zimmerman, ex-secretário-nacional de Minas e Energia e o negociador-chefe do Brasil na Conferência de Copenhague, Luís Alberto Figueiredo. Ambos foram entrevistados duas vezes. Porém, entre aqueles entrevistados apenas uma vez, predominam os nomes estrangeiros, consequência da frequente reprodução dos textos da *The Economist* pela revista brasileira.

As instituições mais citadas pela revista foram a Organização das Nações Unidas (ONU) e IPCC, com dez e oito citações, respectivamente. No âmbito nacional, percebe-se a preferência de Carta Capital pela utilização de fontes oficiais ligadas ao governo federal vigente à época ou órgãos governamentais, tais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE). As organizações não-governamentais (ONGs) ambientais, geralmente lembradas pelos demais veículos de comunicação quando se trata da temática ambiental, são representadas na revista apenas pela Fundação Amazonas Sustentável, ONG surgida a partir de uma parceria do Banco Bradesco com o governo do Estado que nomeia a instituição. Portanto, de certa forma, não deixa de ser uma organização ligada a um governo.

Em contraste à Carta Capital, o jornal O Estado de São Paulo reproduziu matérias jornalísticas que deram espaço às vozes do discurso ambiental, representado por ONGs como *Greenpeace*, *World Wide Fund (WWF)* e *Oxfam International*. Porém, assim como o observado na revista, a Organização das Nações Unidas e o IPCC também aparecem como fontes de informação mais citadas no Estado de S. Paulo, a primeira aparecendo em 23 matérias jornalísticas e a segunda, em 38. Entre as instituições estrangeiras mais citadas como fonte encontram-se também publicações científicas, tais como a *Science*, e o Governo dos Estados Unidos/ Casa Branca, representando discursos muito utilizados nos textos do Estado de São Paulo, o científico e o político.

As instituições nacionais mais citadas como fonte de informação pelo jornal são representadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ministério do Meio Ambiente e Universidade de São Paulo (USP).



Entre as pessoas mais entrevistadas pelo Estado de São Paulo estão Yvo de Boer e Ban Ki-Moon, secretário-executivo da Convenção Sobre o Clima e secretário-geral da ONU, respectivamente, além de José Manuel Barroso, presidente da Comissão Europeia. Nacionalmente, os mais ouvidos foram Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente à época, Luiz Alberto Figueiredo Machado (negociador-chefe do Itamaraty em Copenhague) e Carlos Nobre, pesquisador do INPE e do IPCC.

Os discursos político e econômico em Carta Capital

Carta Capital, por meio das matérias jornalísticas produzidas e reproduzidas em 2009, fundamentou seu discurso sobre o fenômeno do aquecimento global utilizando, basicamente, os discursos político e econômico, devido à própria linha editorial seguida pela revista. Dentro da temática, as consequências do fenômeno receberam especial atenção. Em entrevista com o vice-presidente e economista do IPCC, Mohan Munasinghe, o aquecimento chega a ser nominado como uma “questão de segurança”, reforçando a gravidade do assunto:

CC: O senhor costuma dizer que o aquecimento global é uma questão de segurança. Por quê?

MM: É uma questão de segurança porque há ameaças que podem mudar para pior o estilo de vida da população mundial e até resultar em mortes. Há bilhões de cidadãos pobres no planeta. As mudanças climáticas provocarão uma série de crises: pobreza, escassez de alimentos, de água, de terra e de energia. A população mundial será obrigada a lutar por esses recursos. Teremos ainda uma redução adicional nas terras, por causa do aumento do nível do mar. Quando se elevar de maneira significativa, haverá centenas de milhões de expulsos de suas casas. Serão os refugiados do meio ambiente. Ocorrerão tempestades de grande agressividade, o que provocará migrações em massa de desabrigados. Esta é a questão de segurança ainda não foi levada a sério como deveria. (Márcia Pinheiro, Carta Capital, 15/ 04/ 09, p. 50) (Grifo nosso).

Além disso, como observado no trecho acima, outras palavras e expressões de cunho negativo, tais como “crises”, “grande agressividade”, “centenas de milhões de expulsos”, são utilizadas na tentativa de alertar os leitores sobre os eventos consequentes ao aquecimento global. Os países subdesenvolvidos são apontados pela revista como os maiores prejudicados pelo aquecimento e das mudanças climáticas,



porém, tais fenômenos seriam agravantes de problemas de natureza política, já existentes nestes locais. “Os pobres são mais vulneráveis que os ricos por vários motivos. Habitação precária, saúde frágil e tratamentos médicos inadequados fazem com que os desastres naturais de todo tipo os atinjam mais” (Carta Capital, 30/09/09, p. 70).

A necessidade pela busca de soluções também é lembrada quando Carta Capital aborda os custos do aquecimento global. A revista utiliza fontes de informação renomadas ligadas à área econômica, tais como o Banco Mundial e a Consultoria McKinsey. A primeira destas instituições econômicas aponta custos altíssimos para que os países em desenvolvimento possam se adaptar ao aquecimento global. Valores que seriam cobrados pelos próprios países ditos pobres, o que seria uma das dificuldades pelas quais não se estabelecia um acordo climático:

Primeiro, os países pobres querem grandes quantias de dinheiro. Para manter o aquecimento global em um aumento de apenas 2%, o Banco Mundial calcula que custaria de 140 bilhões a 675 bilhões de dólares por ano aos países em desenvolvimento. Isso em comparação com os 8 bilhões de dólares por ano que lhes são dados hoje para atenuar a mudança climática. O custo de 75 bilhões de dólares para se adaptar ao aquecimento global (em oposição a tentar detê-lo) também supera em muito o 1 bilhão de dólares por ano disponibilizados a eles (Carta Capital, 30/09/09, p. 71). (Grifo nosso).

Os valores apontados nas matérias jornalísticas de Carta Capital para contenção ou adaptação ao aquecimento global e às mudanças climáticas são variáveis entre os altos custos apontados pelo Banco Mundial no trecho acima e um valor que vai de 1 a 2% do PIB (Produto Interno Bruto) global, citado na reportagem “Antes que o sertão vire deserto” (Carta Capital, edição 574, de 02/12/09), que toma o Relatório Stern como uma de suas fontes de informação.

Denise Ribeiro, do grupo Envolverde⁹, assina reportagem na qual duvida dos indicadores apontados pelo Relatório Stern, demonstrando certa ironia ao falar sobre os custos relativamente baixos:

⁹ www.envolverde.com.br - Editora que produz conteúdos exclusivos sobre sustentabilidade



No mundo inteiro, estudos tentam calcular o custo da preservação. Um indicador mágico parece girar em torno de 1% do PIB mundial. Em entrevista a Carta Capital, o consultor da McKinsey & Company e expert em mudanças climáticas Marcus Frank aposta num valor ainda menor: "O custo seria de apenas 0,5% ou 0,6% do PIB mundial ao ano até 2020" (Denise Ribeiro, Carta Capital, 16/ 12/ 09, p. 58). (Grifo nosso).

Porém, na mesma reportagem, o posicionamento assumido é o mesmo que pode ser visto em outras matérias publicadas pela revista Carta Capital. O de que a prevenção, por mais cara que seja, é a melhor saída. Menos custosa que o dinheiro gasto pelo Brasil, por exemplo, para conter os impactos da crise mundial:

Na zona costeira, os prejuízos podem chegar de 136 bilhões a 207, 5 bilhões de reais, segundo o levantamento. Melhor investir em políticas preventivas e de gestão, orçadas em 93 milhões de reais por ano ou 3,72 bilhões de reais até 2050. Bem menos que os 27 bilhões de reais de desoneração fiscal e outros incentivos anunciados neste ano pelo governo federal para conter os efeitos da crise financeira mundial. (Denise Ribeiro, Carta Capital, 16/ 12/ 09, p. 58) (Grifo nosso).

Tal posicionamento fica claro também na entrevista publicada com o vice-presidente o IPCC, quando este fala que falta vontade política dos países para resolverem o assunto. Para ele o dinheiro existe, mas "(...) está sendo usado para salvar bancos ricos e pagar bônus aos executivos" (Márcia Pinheiro, Carta Capital, edição 541, de 15/04/09), demonstrado também a retomada da ideia de que as mudanças climáticas são, principalmente, problema de foro político.

O alarmismo e o discurso pró – PSDB¹⁰ do jornal O Estado de S. Paulo

As matérias jornalísticas publicadas pelo Estado de S.Paulo em 2009 sobre aquecimento global e mudanças climáticas, caracterizam-se pela reprodução de frases e expressões alarmistas e dramáticas, perceptíveis, principalmente, nos textos originados da Agência *Reuters*. Esta estratégia enunciativa pode ter sido utilizada no intuito de chamar a atenção dos leitores do jornal à gravidade destas temáticas. Entre as

¹⁰ Partido da Social Democracia Brasileira: <http://www.psdb.org.br/>



reportagens coletadas e sistematizadas, um dos subtemas mais abordados foram as consequências do aquecimento global, com 99 textos, os quais destacavam o derretimento das geleiras, as variações de temperatura e os impactos do fenômeno nos mares e oceanos. Embora o discurso científico tenha sido utilizado como validador do discurso jornalístico construído pelo Estado de S. Paulo sobre o tema, foi possível observar que o conteúdo e, principalmente, os títulos das reportagens, traziam um apelo forte ao alarmismo e catastrofismo:

Tais ênfases podem ser observadas em títulos como “Amazônia secará, mas sobreviverá a aquecimento, diz estudo” (DOYLE, Reuters, 10/02/09), “Verões de Sidney podem ser letais em 2060, diz cientista” (FOGARTY, Reuters, 25/03/09) ou “Aquecimento global vai além de previsão pessimista, diz ONU” (Reuters, 24/09/09) (COSTA & CUNHA, 2012, p.13) (Grifo nosso).

Outra estratégia utilizada pelo jornal O Estado de S. Paulo, para tentar sensibilizar seus leitores em relação aos problemas ocasionados pelos fenômenos climáticos, foi a reprodução de matérias jornalísticas que abordavam o risco de extinção que animais como o urso polar e o pinguim imperial correm devido ao derretimento das geleiras, sendo que tais animais sequer fazem parte da fauna e da realidade vivenciada pelos brasileiros:

Os maiores pinguins do mundo podem ser levados à extinção ao final deste século devido ao derretimento do gelo Antártico causado pelo aquecimento global, disseram cientistas nessa segunda-feira, 26. (“Aquecimento global pode extinguir pinguins imperiais”, Reuters, 26/01/09). (Grifo nosso).

O aquecimento global está ameaçando os ursos polares, devido ao derretimento das geleiras no Ártico, disse nesta segunda-feira, 16, o ministro do Meio Ambiente da Noruega, Erik Solheim. (...) (“Destino de urso polar depende do corte de emissões de CO2”, Reuters, 16/03/09). (Grifo nosso).

A maior parte dos textos coletados e sistematizados corresponde ao período de novembro a dezembro de 2009, sendo direcionada não ao fenômeno do aquecimento



global em si e sim à COP-15, revelando a forma circunstancial com a qual O Estado de S. Paulo publicou suas matérias, ao invés de optar por um aprofundamento das discussões sobre os fenômenos climáticos. Como a maioria das reportagens coletadas e sistematizadas foi reproduzida, principalmente, de agências de notícias estrangeiras, os aspectos dos fenômenos climáticos no Brasil foram mostrados de forma secundária.

Nacionalmente, falou-se, mas pouco, sobre as consequências do aquecimento global na região amazônica e o desmatamento na mesma. Também constatou-se que, ao se abordar o tema em âmbito nacional, o discurso político foi privilegiado pelo Estado de S. Paulo, sendo que o subtema que mais recebeu atenção por parte do jornal nesse sentido foi a adoção das metas de emissão a serem levadas pelo Brasil para a COP-15. O assunto foi tratado “como uma verdadeira batalha travada no governo brasileiro, especialmente entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Casa Civil” (COSTA & CUNHA, 2012, p. 14):

A briga no governo sobre as metas brasileiras para a Conferência do Clima, em Copenhague, está cada vez mais pública. Ontem, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, questionou os cenários de crescimento médio de 5% e 6% para os próximos dez anos defendidos pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para o cálculo das metas de redução de emissão de CO₂ que serão apresentadas pelo governo brasileiro. (“Minc afirma que meta de Dilma é ‘improbabilíssima’”, Lisandra Paraguassú, O Estadão de S. Paulo, 28/10/09). (Grifo nosso).

Nas matérias jornalísticas referentes ao assunto, não faltaram críticas à Dilma Rousseff, sendo que o jornal já mencionava que a ministra da Casa Civil, bem como o então governador de São Paulo, José Serra, seriam possíveis concorrentes à Presidência da República no ano seguinte. O Estado de S. Paulo assumiria, futuramente, o apoio ao candidato do PSDB em editorial¹¹. Porém, mesmo antes de tal publicação, o discurso político do jornal mostrava claramente o posicionamento do mesmo. As ações da ministra eram sempre vistas como “desenvolvimentistas”, sendo este termo revertido de conotação negativa. O “desenvolvimentismo” viria a ser um inimigo das medidas que seriam pertinentes a serem adotadas pelo Brasil na questão ambiental, durante a COP-15:

¹¹ <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,editorial-o-mal-a-evitar.615255.0.htm>



A proposta que o Brasil quer levar para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague, em dezembro, esbarrou no "desenvolvimentismo" da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e expôs uma divisão no governo sobre a questão ambiental. Durante reunião de ontem entre ministros e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as divergências ficaram estampadas. ("Por crescimento, Dilma quer reduzir meta ambiental", Agência Estado, 14/10/09). (Grifo nosso).

Minc sugeriu um projeto prevendo redução de 80% no desmatamento da Amazônia até 2020 e congelamento nas emissões de CO₂, um dos principais causadores do efeito estufa, em relação a 2005. Mas Minc esbarrou no "desenvolvimentismo" da ministra, que quer taxa de 6%. ("Força-tarefa estuda meta ambiental de Dilma", Lígia Fomentti, Vannildo Mendes e João Domingos, O Estadão de S. Paulo, 15/10/09). (Grifo nosso).

A posição pró-PSDB do Estado de S. Paulo torna-se ainda mais evidente quando o jornal elogia as políticas públicas referentes às mudanças climáticas adotadas pelo governo e pela prefeitura de São Paulo, geridos, respectivamente, por José Serra (do próprio PSDB) e Gilberto Kassab (na época, prefeito pelo Democratas, que comumente compõe a base política aliada do PSDB):

De fato, depois de idas e vindas, o Planalto anunciou, por meio da ministra Dilma Rousseff, que o Brasil afinal levará a Copenhague um "compromisso voluntário" com uma meta numérica de redução de CO₂ da ordem de 40%. A diferença é que os 20% de São Paulo significam um corte de 24 milhões de toneladas (do equivalente a 122 milhões de toneladas em 2005 para 98 milhões). Já os 40% de Lula incidirão sobre a tendência de aumento das emissões ao longo da próxima década. ("A lei ambiental paulista", editorial do Estado de S. Paulo, 11/11/09). (Grifo nosso).

Comparando: uma coisa é um preço cair; outra é aumentar menos do que o esperado. A ministra teve a elegância de dar parabéns a Serra - seu provável adversário nas urnas em 2010 - pela sua decisão "positiva e produtiva". Mas ressaltou que não se pode comparar um Estado ao País. (...) O que conta é o exemplo, diz o governador. A transição para a economia sustentável requer, no plano interno, a multiplicação de iniciativas locais. Em junho, por exemplo, o prefeito paulistano assinou a primeira lei municipal de combate ao aquecimento global. O mesmo efeito demonstração vale no exterior. "Quanto mais o Brasil ousar", acredita Serra, "maior será o poder de pressão da comunidade internacional sobre os países que resistem à mudança." ("A lei ambiental paulista", editorial do Estado de S. Paulo, 11/11/09). (Grifo nosso).



Como pode ser observado nos trechos acima, O Estado de S. Paulo faz uma comparação das políticas públicas adotadas por São Paulo, tanto em nível municipal quanto em nível estadual, com as metas adotadas pelo país a serem levadas para a COP-15. Nota-se um privilégio das metas de São Paulo em detrimento das nacionais, sendo estas últimas apontadas constantemente pelo jornal como fracas ou insuficientes. Tal postura torna ainda mais evidente a preferência do Estado de S. Paulo pelo candidato do PSDB, assim como o modo que o apoio político do jornal ao partido influencia no encaminhamento da pauta, desviando o foco da temática ambiental para as eleições que seriam realizadas no ano seguinte.

Considerações Finais

Carta Capital e O Estado de S. Paulo construíram seus discursos jornalísticos sobre o aquecimento global em 2009 com base, principalmente, nos discursos ambiental, científico, político e econômico. Ambas as publicações reproduziram grande quantidade de textos de fontes noticiosas internacionais, o que fez, conseqüentemente, com que entrevistados e instituições estrangeiras fossem citados com mais frequência nos periódicos do que os nacionais.

A frequente reprodução de textos de agências internacionais também foi crucial no direcionamento dado às pautas sobre os fenômenos climáticos, que retratavam o tema de uma forma mais global, voltado a realidades não compartilhadas pela população brasileira. Por conta dessa reprodução constante, pode-se concluir que, em relação à temática ambiental, o olhar construído que predomina tanto no Estado de S. Paulo quanto em Carta Capital é um olhar de fora pra dentro.

Enquanto em Carta Capital as fontes de informação pertencentes ao discurso ambiental foram marginalizadas, com a citação do termo “ambientalistas” de forma generalizada, no Estado de S. Paulo foi possível identificar ONGs como *Greenpeace*, *WWF* e *Oxfam International*. Personagens pertencentes à sociedade civil e representantes de setores ligados diretamente à questão ambiental, tais quais pequenos produtores e indígenas, não foram lembrados de maneira significativa pelas publicações.

Os resultados observados fortalecem as constatações que motivaram o projeto do qual se originou este artigo, de que os veículos impressos dedicam pouco espaço aos



fenômenos climáticos em si, abordando os temas ambientais de forma circunstancial e contribuindo para que se instaure um quadro de desinformação acerca do assunto entre as pessoas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 2ªed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

COSTA, L. & CUNHA, K. **A utilização de fontes estrangeiras na construção da notícia: um estudo do discurso do jornal O Estado de São Paulo na cobertura sobre o tema aquecimento global em 2009**. Relatório Técnico. CNPq. Fevereiro de 2012.

_____. **A utilização de fontes estrangeiras na construção da notícia: um estudo do discurso da Revista Carta Capital na cobertura sobre o tema aquecimento global em 2009**. Relatório Técnico. CNPq. Fevereiro de 2011.

COSTA, L; CUNHA, K; SILVA, K. **A Utilização das Fontes na Construção da Notícia: uma análise do discurso das revistas Veja e Carta Capital na construção da notícia**. In: 1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA), 2011, Aracaju. Anais... Aracaju, UFS: 2011. 1 CD –ROM.

COSTA, L. **As Mudanças Climáticas na pauta da mídia impressa brasileira: informação e desinformação na construção de políticas públicas para a Amazônia**. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq. Maio de 2010. Mimeo.

_____. **Palavras Verdes: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (2002-2006)**. Relatório Técnico. CNPq, Setembro de 2008. Mimeo.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª edição, 2010.

OLIVEIRA, S. M. B de. Base Científica para a Compreensão do Aquecimento Global. **In: Aquecimento Global: Frias Contendas Científicas**. José Eli da Veiga (Org.). São Paulo: Editora Senac, 2008.

PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hackers Editores, 1999.